

**LEI Nº 2.541**, de 27 de dezembro de 2022

Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Turismo de Toledo - COMTUR e do Fundo Municipal do Turismo de Toledo - FUMTUR.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

- **Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Turismo COMTUR e do Fundo Municipal do Turismo FUMTUR.
- Art. 2º O Conselho Municipal de Turismo de Toledo COMTUR, criado pela Lei nº 1.823, de 14 de maio de 1999, fica reestruturado nos termos desta Lei, como colegiado de caráter consultivo e deliberativo, devendo, para atingir seus objetivos, obedecer a um plano de desenvolvimento para determinar ações estratégicas para alcançar o fortalecimento das atividades turísticas e econômicas do Município de Toledo.
  - Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Turismo:
- I analisar e propor medidas normativas e providências visando ao incremento e ao desenvolvimento de atividades turísticas no Município;
- II articular-se com órgãos federais, estaduais e municipais e com entidades de classe, a fim de assegurar a integração do Município nas diretrizes da política de desenvolvimento turístico;
- III estimular e proceder estudos sobre demandas que interessem ao desenvolvimento do turismo como mercado produtor de serviços;
- IV elaborar o regulamento para a concessão do selo turístico "Parceiro do Turismo";
- V opinar na esfera do Poder Executivo ou, quando solicitado, do Poder Legislativo, sobre projetos que se relacionem com o turismo;
- VI estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de promover a infraestrutura adequada à implantação do turismo;
- VII programar e executar amplos debates sobre temas de interesse turístico;
- VIII manter cadastro de informações turísticas de interesse do Município;
- IX desenvolver ações e campanhas de conscientização turística para a população em geral;
- X implementar e acompanhar convênios com órgãos, entidades e instituições públicas ou privadas;
  - XI elaborar e organizar seu Regimento Interno; e
- XII estabelecer a continuidade das políticas adotadas independentemente da troca de gestores.



- **Art.** 4º O Conselho Municipal de Turismo será composto por 16 (dezesseis) membros titulares e respectivos suplentes, representando os seguintes órgãos ou entidades:
- I um representante da Secretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico:
  - II um representante da Secretaria da Cultura;
  - III um representante da Secretaria de Esportes e Lazer;
- IV um representante da Fundação para o Desenvolvimento Sustentável, Científico e Tecnológico de Toledo (FUNTEC);
- V um representante do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IDR-PR;
- VI três representantes da Associação Comercial e Empresarial de Toledo ACIT, sendo:
  - a) um do segmento econômico de hotéis;
  - b) um do setor de agências de viagens e/ou promotores de eventos; e
  - c) um do segmento econômico de restaurantes e bares;
  - VII um representante da Cooperativa de Artesãos de Toledo;
- VIII um representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Paraná Regional Oeste SEBRAE/PR;
  - IX um representante do Sistema Fecomércio/SESC/SENAC Paraná;
- X um representante da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo Seccional do Estado do Paraná ABRAJET/PR;
- XI um representante da Agência de Desenvolvimento Turístico do Oeste do Paraná ADETUROESTE:
  - XII um representante do Sindicato Rural de Toledo;
- XIII um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Toledo; e
- XIV um representante da Associação dos Feirantes de Toledo -AFERTOL.
- § 1º Compete ao Prefeito Municipal efetuar a nomeação dos conselheiros, titulares e suplentes, e dar-lhes posse.
  - § 2º O Presidente do COMTUR será eleito entre seus membros.
- **Art.** 5º O Conselho Municipal de Turismo contará com um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário Executivo.
- § 1º O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho serão eleitos por maioria simples, dentre os membros do colegiado, para um mandato de 2 (dois) anos, facultada a recondução.
- § 2º Admitir-se-á a criação de comissões internas, permanentes ou temporárias, na forma do regimento interno.

#### **Art. 6º** - São atribuições do Presidente:

- I convocar reuniões, presidi-las e resolver as questões de ordem;
- II consultar terceiros para obtenção de informações necessárias às atividades do Conselho;
  - III aprovar a pauta das reuniões, elaborada pelo Secretário Executivo;



е

## MUNICÍPIO DE TOLEDO Estado do Paraná

- IV submeter ao plenário os assuntos constantes das pautas de reuniões; e
  - V proferir o voto de qualidade, nos casos de empate nas votações.
- **Art. 7º** Os conselheiros e as comissões internas poderão apresentar ao Secretário Executivo propostas para deliberação do plenário.
  - **Art. 8º** São atribuições do Secretário Executivo:
  - I executar funções de apoio técnico e administrativo;
- II registrar a entrada e movimentação do expediente, recepcionar demandas, preparar a pauta de cada reunião e promover o controle de prazos;
  - III elaborar os extratos e atas de cada reunião;
  - IV publicar os editais de convocação, extratos ou atas das reuniões; e
  - V elaborar relatório anual das atividades realizadas.
- **Art. 9º** O COMTUR elaborará seu regimento interno para, dentre outros assuntos, disciplinar:
  - I a forma de eleição de seus membros;
  - II os ritos de deliberação e de votação das matérias; e
  - III a criação, a extinção e o funcionamento de suas comissões internas.
- § 1º O COMTUR reunir-se-á, ordinariamente, na forma e frequência definidas em seu regimento interno, sendo ao menos uma vez por trimestre.
  - § 2º Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do COMTUR.
  - Art. 10 Sobre a função de membro do Conselho Municipal de Turismo:
    I é considerada de relevante interesse público e não será remunerada;
- II é obrigatória a presença dos membros nas reuniões, sendo substituído o conselheiro que faltar a três reuniões no período de um ano.
- **Art. 11** Fica reestruturado, no âmbito do Município de Toledo, o Fundo Municipal do Turismo FUMTUR, vinculado ao órgão responsável pela execução da política municipal de turismo, instrumento de natureza contábil, com a finalidade de destinar recursos para a gestão da respectiva política, nos termos das legislações vigentes.
  - Art. 12 Constituem recursos do FUMTUR:
  - I dotação específica consignada anualmente no orçamento municipal;
- II créditos suplementares, especiais e extraordinários que lhe forem destinados;
  - III saldos de aplicações financeiras dos recursos alocados no Fundo;
  - IV superávit financeiro apurado ao final de cada exercício;
- V recursos oriundos de convênios firmados com órgãos e entidades de direito público e privado, nacionais ou estrangeiras;
  - VI doações, auxílios e contribuições que lhe venham a ser destinados;
  - VII outros recursos que lhe forem destinados;
- VIII participação na renda de filmes e vídeos de propaganda turística do Município;



- IX tarifação de atrativos turísticos;
- X taxa de utilização dos equipamentos do turismo;
- XI vouchers de agências de turismo receptivo; e
- XII demais rendas ou recursos correlatos ao Fundo.

Parágrafo único - Os recursos financeiros destinados ao FUMTUR serão depositados, obrigatoriamente, em conta especial de titularidade do Fundo, mantida em estabelecimento bancário oficial, e movimentada pelo órgão responsável pela política municipal de turismo.

- **Art. 13** Os recursos do FUMTUR, em consonância com as diretrizes e normas do COMTUR, serão aplicados:
- I no desenvolvimento e implementação de projetos turísticos no Município;
- II no financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de turismo desenvolvidos com a iniciativa do COMTUR e da Secretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico;
- III na aquisição de materiais de consumo e permanente e de outros insumos necessários, destinados aos projetos e programas turísticos;
- IV na promoção, apoio, participação e/ou realização de eventos de iniciativa do COMTUR e da Secretaria do Agronegócio, de Inovação, Turismo e Desenvolvimento Econômico;
- V na divulgação das potencialidades turísticas do Município através dos meios de comunicação na mídia local, estadual, nacional e internacional;
- VI nos programas e projetos de qualificação e aprimoramento profissional dos serviços turísticos;
- VII na construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para a prestação de serviços de turismo;
  - VIII na participação em eventos de interesse turístico; e
- IX em outros programas ou atividades, integrantes ou do interesse da política municipal de turismo e do COMTUR.

Parágrafo único - Terão prioridade no atendimento dos apoios do FUMTUR os projetos vinculados a empreendimentos inscritos em programas de certificação, os projetos que visem a manter ou recuperar o meio ambiente e patrimônio histórico e cultural de uso turístico e os projetos comunitários geradores de renda e trabalho.

- **Art. 14** O FUMTUR será administrado pelo órgão responsável pela execução da política municipal do turismo, cabendo ao seu dirigente as seguintes competências:
  - I exercer a função de ordenador de despesa;
- II praticar todos os atos administrativos necessários à execução dos recursos do Fundo, relacionados com os sistemas de planejamento, financeiro ou administração geral;
- III autorizar a instauração e homologação de licitação, dispensa ou demais procedimentos correlatos, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- IV assinar contratos, convênios e outros instrumentos congêneres de natureza jurídica;



- V autorizar a emissão de notas de empenho, cheques e ordens de pagamento;
- VI encaminhar, semestralmente, ao COMTUR relatório de execução das atividades;
- VII submeter à apreciação e aprovação do COMTUR o relatório de gestão anual e a prestação de contas anual; e
- VIII encaminhar a prestação de contas anual aos órgãos competentes, nos prazos e na forma da legislação pertinente.
  - Art. 15 Fica revogada a Lei nº 1.823, de 14 de maio de 1999.
  - Art. 16 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 27 de dezembro de 2022.

#### LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

#### ISAAC GLEYSON BRAGA FERREIRA

RESP. SECRETARIA DO AGRONEGÓCIO, DE INOVAÇÃO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Publicação: ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO, nº 3.429, de 28/12/2022

**CHAVE DE VERIFICACAO DE INTEGRIDADE:** 8FA876CE3729023C75FAE0679CCB6B2E VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM https://toledo.votacaoeletronica.inf.br/autenticidadepdf

**CODIGO DO DOCUMENTO:** 056349

LEI 2541/2022 AUTORIA: Poder Executivo

